

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

PECUÁRIA EM PASTAGEM PLANTADA NA AMAZÔNIA

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Fundador do IPADES

A pecuária, desde a época do Brasil colônia, teve um papel de desbravadora de fronteiras, tendo dado sua contribuição para a expansão territorial brasileira e a economia colonial, na qual se formaram algumas das maiores fortunas monetárias. Isto tem a ver com a maior facilidade de se estabelecer e de ser conduzida, em regime extensivo, do que a atividade agrícola, o que não foi diferente na recente ocupação da Amazônia com os incentivos da geopolítica do Estado desenvolvimentista brasileiro.

Na Amazônia, a criação de gado iniciou em 1680, na ilha Grande de Joanes, hoje ilha de Marajó, posteriormente se expandiu para a região do Baixo Amazonas. Essa atividade pastoril, antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, era praticada na em campos alagáveis da ilha de Marajó, região costeira do Amapá, Baixada Maranhense, várzeas inundáveis do Baixo Amazonas e nos campos de Roraima, em regime ultra extensivo, de valor econômico medíocre, com rebanhos não selecionados. A capacidade de suporte dessas pastagens nativas, era de 3 a 3,5 hectares/animal/ano.

Excluindo as várzeas, nas outras áreas o pasto nativo, apresenta baixo valor nutritivo e baixa capacidade de suporte animal. Estas características estão associadas ao baixo nível de fertilidade do solo e alta taxa e rapidez de lignificação das gramíneas. Também, o potencial de resposta à adubação é muito baixo, o que torna bioeconomicamente inviável o aumento da produtividade através dessa alternativa tecnológica. A várzea tem, no período da enchente, a impossibilidade da manutenção dos animais na pastagem, fenômeno que ocasiona o uso da maromba – curral suspenso para acolhimento dos animais.

A Amazônia, e particularmente o Estado do Pará, tinham uma deficiência na produção e, conseqüentemente, no abastecimento de carne bovina *in natura*, que penalizou a população local, principalmente os mais pobres, por mais de um século – de meados de 1800 até o final dos anos de 1960. Essa situação mudaria com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960.

Com a logística dessa rodovia, o Estado do Pará passou a formar pastagem plantada em terra firme, na área de floresta, mas, com o conhecimento empírico dos produtores que vieram para a Amazônia. Cada um deles tomava a melhor decisão possível, dada a informação que tinha à sua disposição no momento, ou seja, o sistema extensivo de produção pecuária.

De imediato, quatro fatores contribuíram para a expansão desse sistema de produção: a) a abertura da rodovia Belém-Brasília; b) disponibilidade de terra; c) o baixíssimo nível tecnológico empregado, estabelecido na derrubada e queima da biomassa vegetal seguido do semeio ou plantio das mudas da forrageira; d) a demanda por carne no mercado de Belém e região Bragantina no Pará.

Duas espécies de capim trazidas pelos pecuaristas foram utilizadas para a formação das pastagens, o capim Colômbio (*Panicum maximum*), semeado na maior área de pasto formado e o capim Jaraguá (*Hyparrhenia rufa*), semeado em menor proporção. Em seguida os gêneros de gramíneas *Brachiaria* e *Pennisetum* também foram plantados. O gado foi o Zebu (*Bos taurus indicus*), com as raças Gir, Guzerá seguidas pela raça Nelore, que predominou.

A pujança da cobertura florestal era, para esses pecuaristas, sinônimo de boa fertilidade do solo, o que não é verdade. A gênese do solo da Amazônia, na sua maioria, é de natureza pobre, sua constituição há centena de milhões de anos, foi a partir de sedimentos de baixíssima fertilidade. Já a biomassa das florestas tropicais úmidas costuma ser de três a quatro vezes maior que das florestas de clima temperado, além de que raízes mortas, seres vivos no solo e seus produtos de excreção ou de síntese, bem como seus restos mortais, ao se decomporem, com a interferência do clima, propiciam a formação do húmus e a ciclagem de nutrientes, entre a vegetação e o solo.

Aliado ao bom desempenho das pastagens recém-plantadas havia a disponibilidade de terra a custo muito aquém daquele vigente no Brasil Central Pecuário, e também terra devoluta. Somem-se a essas condições os incentivos fiscais e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e

Nordeste (PROTERRA). Este último financiado através do crédito rural pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, com juros subsidiados de 7% ao ano, para uma inflação que evoluíra de menos de 20% no início dos 70 para cerca de 40% em meados da década; e que, ao final de 1979, caminhava para três dígitos, como de fato chegou em 1980.

Com essas condições favoráveis começou a se formar no imaginário dos pecuaristas uma Amazônia pródiga, não mais como “inferno verde”, mas como o “paraíso da pecuária” no trópico úmido. Nos contextos, real e imaginário, a região chegou ao final da década de 1970, com pastagens bem ou mal formadas, entre seis a oito milhões, de hectares em área de floresta em diversos gradientes de densidade de vegetação

O crescimento da pecuária bovina, na Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970, período de atuação dos incentivos fiscais, do crédito rural subsidiado, de novas rodovias, e ainda com o imaginário do “paraíso da pecuária”, em pastagem recém-plantada em área de floresta, teve de 1960, a 1980, o desempenho conforme a tabela abaixo.

Crescimento do Rebanho Bovino na Amazônia Brasileira: 1960-1980

Ano	Rebanho (n° de cabeças)	Crescimento em %
1960	2.638.181	100,00
1970	4.004.534	51,79
1980	12.036.063	200,52

Fonte: Censos Agropecuários 1960,1970,1980, IBGE.

Esse *boom* pecuário, em grande parte, com base nos projetos de incentivos fiscais para a pecuária aprovados pela SUDAM, teve seu pico em meados de 1976. Os Estados de Mato Grosso e Pará, juntos, ficaram com 87,7%% do financiamento dos projetos aprovados, respectivamente 61,2% e 26,5%. Outro aspecto dessa realidade diz respeito a especulação fundiária, com predominância em Paragominas (PA) e Nordeste de Mato Grosso, área da bacia hidrográfica do rio Araguaia, em virtude do processo inflacionário vigente. A valorização das terras, nessas áreas chegou a 500% acima do valor real.

Problemas a parte, porém não desprezíveis, mas com o crescimento do rebanho demonstrado na tabela, é notório que, uma característica importante da pecuária brasileira, que também se estabelece na Amazônia, é ter a maioria de seu

rebanho criado a pasto. Essa condição coloca a pecuária nacional com um dos menores custos de produção de carne do mundo, propiciando baixo custo de produção, por ser a forma mais econômica e prática de produzir e disponibilizar alimento aos bovinos. A Amazônia, com temperatura de pequena amplitude térmica não permitindo a formação de geadas e períodos secos relativamente menos severos e longos do que em outras regiões brasileiras, permite que a pastagem seja a base alimentar dos bovinos durante todo o ano, contribuindo como mais um atrativo à este segmento econômico. Mais recentemente, flertando a onda ambientalista, ela passou a ser divulgada como o sistema de produção do “boi verde” ou boi de capim (*grass-fed beef*), isto é, nutrido só com capim.

Todavia, uma realidade diferente começava a aparecer. A degradação da pastagem, comprometendo a produtividade da pecuária; mudanças no cenário econômico e ambiental a partir dos anos 1980, com críticas crescentes sob o modelo de implantação da pecuária, então vigente, passaram a se opor à expansão dessa atividade, visto que ela se comportava como um sistema itinerante de pecuária. Este ocorre sobre novas áreas de vegetação natural de floresta primária ou do Cerrado, contribuindo para a repetição desse ciclo de pastagem degradada e de desmatamento, e que contribuiu muito para estigmatizar a pecuária na Amazônia como uma atividade improdutiva e danosa ao meio ambiente.

Sua prática continuou na década de 1980, podendo ser caracterizada como um segundo ciclo desse modelo recente da pecuária na Amazônia. Desta feita ocorrendo pela venda de madeira, de áreas antropizadas ou da floresta, visto que os incentivos fiscais e o crédito rural subsidiado passavam por modificações. Esse novo ciclo sem o apoio do financiamento favorável e com a inflação que se acelerava, passaria a ter uma postura mais agrária especulativa do que propriamente produtiva.

Como já mencionado, essa pecuária foi implantada com o conhecimento empírico dos pecuaristas pioneiros que vieram para a Amazônia motivada por fatores também já descritos. Na formação das pastagens, eles não dispunham de tecnologias de implantação e manejo de pastagens, e também, de opções de germoplasma forrageiros adaptados às condições ecológicas e agrônômicas da Amazônia. Esses pecuaristas muito menos sabiam sobre recuperação de pastagens. O que utilizavam era a limpeza do pasto, isto é, a eliminação das espécies não forrageira com a queima do pasto.

Essa prática reduz a matéria orgânica bruta do solo e, conseqüentemente, altera o ciclo do carbono, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa para a

atmosfera. Nos atributos biológicos, a ação da chama do fogo diminui a disponibilidade de alimento (fonte de energia) para os microrganismos, diminuindo, sobretudo a população da mesofauna do solo. Quanto às propriedades físicas do solo, as queimadas aumentam a densidade e resistência à penetração, bem como a redução da porosidade total e da estabilidade de agregados.

Essa fase de pecuária extensiva, com desmatamento e abandono das áreas antropizadas, e estimulada pelas políticas do estado brasileiro desenvolvimentista, contribuiu para caracterizar a pecuária como atividade insustentável e inviável para a Amazônia. Essa situação começou a mudar a partir dos anos de 1980 com as pesquisas em agrostologia, pelos sistemas de produção integrados e pela mudança no sistema de financiamento para a pecuária. Esse novo contexto passou a contribuir para a implantação da pecuária em bases não empíricas e mais sustentáveis.